

# **XXIV Plenária Nacional do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)**

**Março de 2023 – Formato Híbrido**

## **Plano de Ação do FNDC**

Neste cenário dinâmico de incertezas, onde de um lado vivemos uma renovação das nossas esperanças e do outro presenciamos as forças conservadoras utilizando-se de todos os recursos para desestabilizar o governo eleito e viabilizar mais um golpe, entendemos que a prioridade do FNDC para esse próximo período é:

- 1) Organizar e fortalecer os comitês locais** para defender o Estado Democrático de Direito e a democratização dos meios de comunicação;
- 2) Apresentar para o governo a nossa agenda**, construída ao longo da nossa história e atualizada na XXIV Plenária Nacional realizada em março de 2023;
- 3) Fortalecer as instituições públicas e comunitárias de comunicação**, garantindo a participação da sociedade civil nos espaços de controle social e cobrando a criação dos conselhos de políticas públicas, principalmente os ligados à comunicação.

Numa sociedade dividida é fundamental que estejamos articulados e tenhamos unidade em nossas ações. As diferenças de opinião são fundamentais para a garantia de espaços amplos e coletivos, mas neste momento em que a democracia vem sendo ameaçada, haja vista a tentativa de ruptura antidemocrática no dia 8 de janeiro de 2023, é fundamental trabalharmos em torno de uma estratégia comum na defesa da Democracia.

### **1) ORGANIZAR E FORTALECER OS COMITÊS LOCAIS**

Para darmos conta desta tarefa precisamos repensar e reestruturar as instâncias do FNDC. Neste sentido, a XXIV Plenária Nacional aponta:

#### **a) Comitês Estaduais e regionais**

Os comitês estaduais e regionais do FNDC devem ser espaços abertos, coletivos e colaborativos, mas devem contar com um mínimo de organização funcional. Cada estado deve moldar a estrutura e organização do comitê de acordo com sua realidade, respeitando as diretrizes estatutárias do FNDC e sempre visando a mais ampla participação e a construção da unidade do movimento.

É fundamental que os comitês definam quais são as agendas do direito à comunicação em seus locais e que consigam, a partir dos eixos estratégicos definidos na Plenária do FNDC, atuar localmente na articulação política, mobilização e incidência para a promoção de políticas públicas locais que garantam o direito à comunicação. No atual cenário, mais do que reproduzir nos estados as campanhas nacionais do FNDC, é preciso

que os comitês pela democratização da comunicação consigam traduzir a agenda geral em ações locais, contribuindo para a construção de uma agenda em escala.

Abaixo relacionamos ações a serem desenvolvidas:

- Manter regularidade nas reuniões e fazer chamadas abertas, não apenas para as entidades e ativistas filiadas/os, mas ao conjunto dos parceiros na luta pelo direito à comunicação, tais como: sindicatos, coletivos de comunicadores, defensores de DHs;
- Incentivar a participação em articulações dos movimentos sociais nos estados – comitês da Frente Brasil Popular, da Frente Povo Sem Medo – e outras iniciativas locais para, inclusive, levar a agenda da comunicação para estes espaços políticos;
- Planejar e promover formação para multiplicadores em educomunicação, pensando em parcerias para o engajamento local de grupos como adolescentes e estudantes;
- Produção de um material audiovisual básico que possa servir em todo território nacional para apresentar o debate sobre a democratização da comunicação a quem ainda não conhece;
- Realizar nos estados e municípios atividades públicas com foco nas políticas locais de comunicação, tendo como base o documento produzido pela Executiva Nacional, buscando engajar candidatos/as à agenda do direito à comunicação;
- Estimular os comitês locais/regionais a enviarem mensalmente as ações e tarefas desenvolvidas para que elas sejam divulgadas nos canais de comunicação do FNDC;
- Realizar ações para apresentar a história do FNDC para os comitês e para as entidades nacionais que integram o fórum, em especial, as recém filiadas.

## **b) Conselho Deliberativo**

O Conselho Deliberativo precisa ser o centro político do FNDC entre as suas plenárias. As dificuldades financeiras e também a baixa compreensão política das entidades sobre o papel do Conselho Deliberativo têm sido obstáculos para que ele cumpra este papel. **É preciso inovar e buscar formas dinâmicas e criativas de envolver as entidades e comitês integrantes do Conselho Deliberativo no dia a dia do Fórum.**

Abaixo relacionamos ações a serem desenvolvidas:

- Criar grupos de trabalho ligados aos temas com os quais o FNDC tem atuado, especialmente os que dizem respeito aos eixos prioritários de atuação do Fórum para o próximo período;
- Realizar atividades de formação com as entidades integrantes do Conselho Deliberativo para que todos possam se apropriar das principais agendas do FNDC, especialmente dos eixos prioritários; realizar formação sobre temas prioritários também junto às organizações locais;
- Envolver as entidades/comitês do Conselho Deliberativo pontualmente em, pelo menos, uma tarefa para a concretização do Plano de Ação aprovado na XXIV Plenária Nacional;

- Realizar reuniões virtuais do Conselho Deliberativo com maior frequência para buscar dar mais dinamismo ao envolvimento das entidades.

### **c) Executiva do FNDC**

A coordenação executiva do FNDC é composta por 7 entidades nacionais filiadas ao FNDC. Essas são eleitas para cumprir um mandato de 2 anos e para tal, indicam uma/um representante. É preciso estar atento que o mandato é da entidade. Caso o representante deixe a entidade que o indicou, a entidade deverá indicar novo nome para compor a Executiva. Além disso, as assimetrias no envolvimento dos integrantes da Executiva na construção cotidiana do FNDC, vivenciada no dia a dia, devem ser vistas como uma responsabilidade da organização. É fundamental que as demais organizações que compõem o FNDC, sobretudo, as que integram o Conselho Deliberativo, participem ativamente na execução das tarefas organizativas e políticas. O FNDC é um espaço coletivo e não de indivíduos.

Abaixo relacionamos ações a serem desenvolvidas:

- Criar grupos de trabalho ligados às diferentes secretarias que compõem a Executiva do FNDC, de forma a compartilhar as responsabilidades na execução de tarefas nacionais e locais como comunicação, mobilização, articulação, formação, finanças entre outros;
- Disponibilizar para as entidades nacionais e comitês do FNDC, a cada reunião, o nome dos responsáveis da coordenação executiva pelas tarefas e ações definidas, como forma de dar mais transparência e agilidade ao trabalho tanto da Executiva quanto das entidades e comitês;
- Apoiar a criação de plataformas para divulgar notícias produzidas por jornalistas profissionais e vinculadas aos sindicatos da categoria e submetidas ao código de ética da profissão e apoiar redes de compartilhamento de conteúdo entre entidades participantes do FNDC e divulgar as redes já existentes, para potencializá-las;
- O FNDC deve priorizar a aproximação com coletivos e movimentos étnico-raciais de comunicação, a exemplo da – Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira);
- Defender junto ao governo federal estratégias que apresentem o direito à comunicação dos usuários das políticas sociais por meio de uma política que combata a desinformação;
- Por fim, a coordenação executiva do FNDC deverá priorizar, sempre que possível, a utilização de plataformas e softwares não proprietárias, optando pelo uso, em suas atividades institucionais e políticas, de softwares livres e de código aberto e incentivando políticas públicas em todos os níveis para o desenvolvimento do setor de tecnologias.

## **2) APRESENTAR PARA O GOVERNO A NOSSA AGENDA**

Ao longo da nossa história, construímos uma agenda que aborda todos os aspectos relacionados à democratização dos meios de comunicação. Nessa agenda temos determinados pontos que remontam à fundação do FNDC e ainda são atuais. Atualizamos o plano de lutas aprovado na XXIII Plenária, que é resultado do acúmulo dos nossos debates.

Uma das principais ações para esse novo período passa por uma articulação nacional do movimento pela democratização da comunicação para reivindicar do governo a realização da II Conferência Nacional de Comunicação (II Confecom). Também devemos estabelecer metas, cronograma de trabalho e reuniões de avaliação periódicas para a efetivação das propostas da I Confecom.

Para além da realização da II Confecom, precisamos manter a cobrança para que o Ministério das Comunicações (MCOM) retorne para o controle do campo progressista e possa de fato ser um espaço para a construção de políticas públicas que visem a democratização das comunicações no Brasil. A regulação da mídia é tarefa essencial para garantir pluralidade e diversidade de opiniões e ideias e consolidar a democracia.

Com a complexificação do debate em torno da concentração da mídia, que outrora era restrito à radiodifusão e hoje também incluiu os monopólios digitais, cabe ao FNDC reunir e articular formulações que estão sendo desenvolvidas pelo campo e aprofundar o debate em torno das possibilidades de regulação, sejam elas de processos ou econômicas.

O FNDC tem consolidado ao longo de sua história algumas propostas que visam a enfrentar: a) concentração da mídia e da internet; b) combater a censura e lutar pela garantia da liberdade de expressão; c) garantir o direito à privacidade e combater a desinformação; e d) fortalecer a comunicação pública, popular e alternativa no país. Sendo assim, apresentamos algumas ações nestes eixos:

### **a) Concentração da Mídia e da Internet**

Continuaremos denunciando os danos que o cenário oligopolizado nos meios de comunicação traz ao país e lutaremos pela sua democratização, buscando reverter o cenário de elevada concentração da mídia, em que 5 grupos controlam os 26 principais veículos de mídia no país. Continuaremos defendendo a regulamentação do Capítulo V da Constituição Federal, em especial da regulamentação da proibição da constituição de monopólios e oligopólios na comunicação e da regionalização da produção cultural, artística e jornalística.

Seguiremos apontando a concentração no setor de telecomunicações e combatendo a privatização da infraestrutura das telecomunicações, a exemplo da luta que travamos contra a entrega dos bens reversíveis às empresas privadas concessionárias dos serviços de telefonia fixa e a denúncia que temos feito ao modelo de gestão e privatização do novo satélite geostacionário.

Precisamos resistir ao acelerado processo de privatização e desnacionalização das telecomunicações. Precisamos seguir e incidir no debate de redes neutras, sobre pequenos provedores, direito ao espectro, especialmente comunidades tradicionais, disputar o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) e redes nas áreas remotas.

Sabemos que a concentração na infraestrutura impacta diretamente o direito de acesso à internet, considerado um direito essencial para a garantia da cidadania dos/as brasileiros/as. Nesse sentido, é importante que o governo fortaleça a Telebras, tornando-a uma empresa pública chave para a implementação de políticas públicas de conectividade

As mudanças no setor nos fizeram ampliar este debate para além da radiodifusão – ainda bastante concentrada – para questionarmos também os monopólios digitais, ou seja,

aqueles que operam na camada do conteúdo da internet. Empresas da chamada mídia tradicional têm promovido uma acelerada migração para o ambiente online e isso implica na reprodução de monopólios na rede. Basta verificar quais são os portais de notícias mais acessados no país para entender que o poder e o controle se mantêm nas mesmas mãos. Internacionalmente, empresas como Amazon, Facebook e Google ampliam seus tentáculos sobre o controle dos conteúdos e, principalmente, sobre as sociabilidades conectadas, na medida em que operam circuitos de redes cada vez mais fechados e auto referenciados.

O Brasil precisa voltar a debater a implantação da transmissão de rádio aberta digital. A TV é digital, a TV por parabólica popular é digital. O rádio também precisa avançar. Há um espaço no rádio AM, tanto nas ondas médias quanto nas ondas tropicais e curtas, que foi abandonado pelos radiodifusores capitaneados pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

O AM digital no sistema DRM oferece qualidade de áudio superior ao FM, proporciona economia média de 80% na energia elétrica e proporciona a transmissão de imagens ao receptor. O rádio digital oferece diversas possibilidades de avanço técnico e de difusão de conteúdo. Somos contra o fim do rádio AM no Brasil, e as frequências do rádio da Amplitude Modulada tem que ser disponibilizadas para as entidades do movimento social brasileiro. Apoiamos a retomada dos testes da transmissão digital em ondas curtas pela Rádio Nacional da Amazônia.

#### ***Ações Prioritárias:***

- 1) Elaborar nova proposta de regulamentação das comunicações em um cenário de convergência, lutando pela criação de espaços multissetoriais de discussão de políticas de comunicação com o governo. O espaço ideal para elaboração dessa proposta é um grupo de trabalho ou comitê multissetorial, composto por governo, academia, sociedade civil e setores empresariais para discuti-la.
- 2) Organizar uma campanha sobre os impactos do monopólio privado para a liberdade de expressão e para retirada de direitos sociais, acompanhando e denunciando as irregularidades na expedição e exploração das concessões de rádio e televisão, bem como dos arrendamentos e do controle de emissoras por políticos e grupos religiosos visando criar subsídios para os debates das renovações das concessões;
- 3) Denunciar, em conjunto com outras organizações, as violações de direitos humanos e também os ataques uníssonos da mídia aos direitos sociais conquistados (leis trabalhistas, previdência, bem como a repressão da comunicação comunitária), sempre relacionando a concentração dos meios de comunicação aos impactos que isso traz à diversidade de opiniões;
- 4) Promover cada vez mais ações que visem incluir os movimentos negros, de mulheres, de pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência, populares, sindicais e sociais no movimento da democratização da comunicação, buscando construir relação mais orgânica e efetiva;
- 5) Considerando o cenário das eleições municipais que serão realizadas em 2024, produzir um documento base de políticas locais de comunicação para subsidiar a atuação dos comitês locais no engajamento de candidatas/os junto à pauta do direito à comunicação;

- 6) Defender e cobrar do governo federal e do Congresso Nacional, a regulação das plataformas digitais, de modo a combater a desinformação, o discurso de ódio, a violência na Internet e práticas de mercado abusivas, que levem a oligopólio;
- 7) Participar junto à Fenaj e outras entidades do debate sobre remuneração do jornalismo e a taxação das grandes plataformas digitais e defender a taxação das plataformas digitais por meio da criação de uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), para alimentar o Fundo Nacional de Apoio e Fomento ao Jornalismo, visando financiar uma informação de qualidade ao cidadão;
- 8) Trabalhar pela implementação de políticas e ações de educação midiática e educomunicação, aproximando educadores(as), educadores(as), crianças, adolescentes, jovens e pessoas idosas nas discussões pelo direito à educação, com metodologias e materiais adequadas às suas fases de desenvolvimento e habilidades cognitivo-comportamentais;
- 9) Cobrar compromisso das/os governantes em âmbito local e políticas públicas do governo federal de garantia da universalização do acesso à internet, tendo como base as formulações já construídas pelo movimento de Democom e Direitos Digitais;
- 10) Promover ações de formação junto a coletivos e movimentos que não são específicos da comunicação sobre a desigualdade de acesso à internet no Brasil e suas implicações para a educação, o trabalho cotidiano (teletrabalho) e para o próprio acesso a outros direitos, para que possam se apropriar do tema e incidir de forma mais qualificada;
- 11) Promover ações em conjunto com coletivos e movimentos que não são específicos da comunicação para reivindicar a universalização do acesso à internet no Brasil, com ênfase nos movimentos estudantis, nas articulações sindicais de professores, entre outros;
- 12) Reivindicar, em diálogo com movimentos e coletivos, a urgência em garantir estrutura física e meios para incluir digitalmente povos, comunidades tradicionais, população rural e periférica, garantindo condições para um acesso efetivo à internet, com qualidade de sinal mesmo em situações de incapacidade de contratação onerosa;
- 13) Disputar a divisão do espectro eletromagnético para garantir espaço adequado para a comunicação pública e para a autonomia das populações e povos tradicionais;
- 14) Avançar em formulação sobre agências reguladoras para as comunicações, tanto radiodifusão quanto plataformas digitais, considerando a pressão que virá para o ingresso na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

## **b) Liberdade de Expressão, Censura e Democracia**

Nos últimos anos, assistimos a uma escalada autoritária e à institucionalização da censura. Nos primeiros anos da **Campanha Calar Jamais!** foram coletados 66 casos de violações à liberdade de expressão, tais violações se intensificaram no último período. O Relatório da Campanha Calar Jamais! foi entregue a autoridades nacionais e organismos internacionais de defesa de direitos humanos. Com o reposicionamento da campanha feito em 2018, incidimos para além da denúncia, sensibilizando as pessoas sobre os desafios de garantir o direito à comunicação e disputando a narrativa sobre a liberdade de expressão.

Entendendo que o FNDC precisa ser um dos pólos de articulação das várias iniciativas já produzidas por outras entidades para dar mais unidade e sinergia às iniciativas de denúncias contra as violações à liberdade de expressão, realizamos inúmeras ações de incidência e mobilização ao longo dos anos em que fizemos a **Campanha Calar Jamais!** A exemplo da importante conquista que tivemos no início de 2020, com o agendamento da audiência sobre liberdade de expressão na OEA, em que o FNDC foi protagonista de uma ação conjunta realizada por diferentes entidades do campo.

Em outubro de 2022 foi lançado o novo relatório da Campanha Calar Jamais!, que contou com o apoio da Fundação Friedrich Ebert (FES) para a sua confecção. A publicação traz 110 denúncias de violação à liberdade de expressão no país.

A Federação Nacional das/os Jornalistas (FENAJ) também trouxe o relatório de agressões a jornalistas que dá uma radiografia do elevado ataque à liberdade de expressão e imprensa no país e o crescimento destes fenômenos nos últimos anos.

Em relação à Campanha Calar Jamais!, a XXIV Plenária Nacional do FNDC avaliou que ela cumpriu seu papel histórico, atuando em um momento de muita tensão e acirramento sobre o trabalho das/os jornalistas e sobre a liberdade de expressão de um modo geral. Por outro lado, a criação de espaços estatais (em âmbito regional, estadual ou federal) para o acolhimento das denúncias e enfrentamento às violações aponta para a necessidade de as entidades do FNDC focarem seus trabalhos em estratégias de fortalecimento destes novos espaços e não na continuidade do recebimento de denúncias.

Esta decisão não anula a possibilidade de a coordenação executiva e as entidades filiadas ao FNDC de realizarem atividades para a promoção do debate, produção de artigos e atividades, e divulgação de resultados obtidos em campanhas e levantamentos anteriores, feitos pelo FNDC ou por entidades do campo. A questão das violações à liberdade de imprensa e expressão não estão em nenhuma medida superadas.

Precisamos participar de todas as articulações em defesa da democracia e da liberdade de expressão e de imprensa que estão sendo promovidas em âmbito nacional e local e nessa linha a participação do FNDC no Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) tem sido fundamental para construir pontes e ações unificadas com outras entidades do campo dos direitos humanos e da defesa da liberdade de expressão.

Atividades promovidas pela Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD), Federação Nacional das/os Jornalistas (FENAJ) e Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e outras, também precisam ser incorporadas em nossos calendários e contar com a participação da nossa militância. Também precisamos cobrar a responsabilidade do Estado na garantia da integridade física de jornalistas e comunicadores e na elaboração do novo Programa de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, Jornalistas e Ambientalistas.

### ***Ações Prioritárias:***

1) Seguir denunciando as violações à liberdade de expressão aos organismos internacionais nos moldes do que fizemos durante a visita do relator da Organização dos Estados Americanos (OEA) para Liberdade de Expressão ao Brasil, Edison Lanza, em 2019 e que resultou em audiência sobre o tema realizada no Haiti em março de 2020;

2) Seguir denunciando as violações à liberdade de expressão e a violência contra jornalistas e profissionais de comunicação que vem sendo promovida por governos estaduais, tanto no ambiente virtual quanto no cotidiano presencial, em especial, junto às redes e organismos públicos criados no último período para a o recebimento destas denúncias;

3) Acompanhar de forma permanente e proativa os espaços criados pelo Estado brasileiro para recebimento de denúncias e acompanhamento às violações, a exemplo do Observatório da Violência contra Jornalistas e Comunicadores, criado pela Senajus do Ministério da Justiça e o Convênio realizado entre entidades do campo e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) também com tais objetivos;

4) Atuar junto às entidades do campo, em especial as do jornalismo e/ou que atuam na Coalizão Direitos na Rede, em debates e incidências para a regulação das plataformas digitais, tendo em vista que a censura e a desinformação também são elementos presentes nestes espaços controlados pelas big techs.

### **c) Privacidade, Proteção de Dados e Desinformação**

A privacidade, bem como a autodeterminação informativa, assegurada por meio do estabelecimento de regras para o tratamento de dados pessoais, são fundamentais para a liberdade de expressão e acesso à informação. No atual cenário, a proteção de dados pessoais e o direito à privacidade ganham ainda maior relevância, uma vez que os dados são a base do modelo de negócios na fase atual do capitalismo. Cabe ressaltar ainda que a coleta de dados pessoais tem tido papel importante nos processos eleitorais, em especial, quando os dados são usados para reprodução massiva de conteúdos nem sempre éticos.

Nos últimos anos, as “fake news” têm causado estrago em diversas democracias pelo mundo, o uso de informações falsas combinado com a captura de dados têm mudado o rumo de muitas sociedades, provocando alterações e muitas vezes definindo processos eleitorais. Neste cenário, amplia-se também a violência e a polarização nas redes e nas ruas, com o crescimento de discursos de ódio, intolerâncias e fanatismos de todos os tipos.

O aprimoramento das tecnologias de manipulação de vídeos e áudios podem levar a desinformação a outro patamar com as chamadas “deepfakes”. É preciso, portanto, acompanhar de perto estes avanços e promover um diálogo mais aprofundado sobre este tema. Também precisamos estar atentos ao que acontece nos debates do legislativo e judiciário sobre este tema. Precisamos fazer da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) um espaço de efetiva participação da sociedade civil, com funcionamento adequado e oportuno diante dos desafios que estão colocados nestes tempos.

#### ***Ações prioritárias:***

1) Defender o caráter multissetorial do **Comitê Gestor da Internet (CGI)** e da **Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)** e a importância da transparência nas ações destes órgãos, que contam com representação da sociedade civil;

2) Cobrar dos órgãos competentes a proteção de comunicações estratégicas do Estado e os dados pessoais de todas/os brasileiras/os, denunciando as possíveis violações;

- 3) Realizar um **encontro específico** sobre proteção de dados com participação do governo federal, pesquisadores e representantes da sociedade civil no CGI e na ANPD;
- 4) Dialogar e incidir de forma articulada e permanente junto aos representantes da sociedade civil que atualmente ocupam posição de representantes ANPD;
- 5) Seguir atuando na Coalizão Direitos na Rede (CDR), articulando e incidindo nas agendas prioritárias do FNDC no campo dos direitos digitais;
- 6) Fortalecer e divulgar observatórios de acompanhamento da desinformação e violações de Direitos Humanos na mídia produzidos por entidades e organizações parceiras;
- 7) Defender a **Lei de Acesso à Informação (LAI)** e seu fundamental papel na produção de transparência das ações do Estado; exigir sua efetividade em todos os níveis da federação.

#### **d) Fortalecer a Comunicação Pública, Comunitária e Alternativa**

A defesa da comunicação pública é uma luta histórica do FNDC. Uma das reivindicações do movimento pela democratização da comunicação é a regulamentação do Art. 223 da Constituição federal, que versa sobre a complementaridade do sistema entre privado, público e estatal. Um passo importante neste sentido foi realizado em 2008, com a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

No entanto, o que vem sendo demonstrado na última década é que a comunicação pública não tem sido priorizada como instrumento de promoção da diversidade e pluralidade no país. Os problemas foram agravados em 2016, quando o então presidente Michel Temer destituiu o Conselho Curador da EBC, e ganharam contornos ainda mais dramáticos ao longo do governo de Jair Bolsonaro, que promoveu significativo desmonte da empresa.

Além de atuar na defesa da comunicação pública, cabe ao FNDC também atuar pelo fortalecimento da comunicação comunitária, defendendo a ampliação de outorgas para rádios comunitárias e a regularização daquelas que seguem na ilegalidade. Incentivar e fortalecer a ampliação de veículos da mídia alternativa para promover a disputa de narrativas na nossa sociedade, já tão dominada pela desinformação, é tarefa do FNDC.

##### ***Ações Prioritárias:***

- **Comunicação Pública**

- 1) Manter as ações de defesa e reconstrução da EBC, tendo como base as ações apontadas no relatório final do seminário que tratou da reconstrução da EBC e foi entregue a equipe de transição, construindo ações de âmbito institucional junto ao Governo federal, estaduais e municipais, articulando audiências nas casas legislativas das três esferas, bem como manter a articulação em torno da Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública;
- 2) Reivindicar, conjuntamente com a Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, a imediata reinstauração do Conselho Curador da EBC - extinto em 2016 - como espaço estratégico de participação social e de afirmação do caráter público da EBC;

- 3) Organizar audiências públicas nos estados para discutir o fortalecimento da comunicação pública, na perspectiva de fortalecer a EBC, emissoras públicas estaduais e universitárias;
- 4) Engajar-se na articulação de redes de comunicação pública locais e/ou regionais e incidir nas articulações já em curso, visando promover o fortalecimento da comunicação pública;
- 5) Incentivar e orientar os comitês do FNDC a organizarem audiências públicas e/ou debates nos Estados para discutir o fortalecimento da comunicação pública e denunciar o desmonte das emissoras públicas estaduais como: RTV Cultura, Fundação Piratini, TV Pernambuco;
- 6) Participação dos comitês locais do FNDC das articulações em seus Estados em torno de construção de redes de governança e compartilhamento de conteúdo, a exemplo do Nordeste, visando fortalecer a comunicação pública em âmbito regional;
- 7) O FNDC deve se apresentar para ser o ator de concertação dos atores, entidades e movimentos (especialmente populares, de classe e acadêmicos) que buscam incidir nas políticas públicas de comunicação, especialmente na agenda legislativa.

- **Comunicação Comunitária, Alternativa e Sindical**

- 1) Retomar a pauta dos **Canais da Cidadania**, pressionando para que haja um Plano Nacional de Outorgas (PNO) para estes canais, com garantias de ampla participação social; e defender a implementação do Canal da Cidadania na TV Digital;
- 2) Discutir a ocupação do canal comunitário DTH em audiências públicas;
- 3) Exigir a publicação de novo Plano Nacional de Outorgas (PNO) para rádios comunitárias em territórios tradicionais, quilombolas, indígenas e assentamentos da reforma agrária;
- 4) Lutar pela criação do Fundo Nacional de Comunicação Pública, com percentual deste fundo sendo dedicado às comunicações de caráter associativo e comunitário;
- 5) Lutar pela descentralização das verbas publicitárias governamentais em âmbito municipal, estadual e federal, com participação social na criação de resoluções específicas; cobrar que estas resoluções contenham critérios democráticos e transparentes, que contemplem distribuição de verbas regionalmente e que incorporem percentuais destinados à comunicação alternativa, comunitária e popular;
- 7) Lutar pela implementação de **leis de fomento** em âmbito municipal, estadual e federal para o desenvolvimento da comunicação comunitária (radiodifusão, veículos impressos e meios digitais) criando mecanismos de regulamentação para sua execução;
- 8) Lutar pela implementação da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP), democratizando o financiamento e outras medidas;
- 9) Apoiar as lutas pela valorização do trabalho dos profissionais da comunicação, contra a precarização dos contratos de trabalho pelas empresas de assessoria; combater as fraudes, a pejetização e a terceirização do trabalho de comunicadores nestas empresas.